

ATA DA POSSE DOS CONSELHEIROS DO 4º MANDATO E DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 08 a 10/05/2011.

Aos 8 dias do mês de junho de dois mil e onze, às dez horas, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, na cidade de Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a Posse dos Conselheiros do 4º Mandato, seguida pela Vigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho das Cidades - ConCidades, sob a presidência do Ministro de Estado das Cidades, Mário Negromonte, de acordo com a seguinte pauta: **1. Posse dos Conselheiros do 4º Mandato – Saudação dos Segmentos e Autoridades. 2. Tema de Conjuntura: Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. 3. Reuniões dos Segmentos. 4. Relato da apresentação sobre o PPA – Plano Plurianual 2012-2015 no Fórum Interconselhos. 5. Reuniões dos Comitês. 6. Relatos dos Comitês Técnicos. 7. Deliberação das Resoluções.** Estavam presentes 118 conselheiros, sendo 61 titulares, 51 suplentes e 06 observadores. Os titulares foram representados por 03 conselheiros do Poder Público Federal, 04 conselheiros do Poder Público Estadual, 08 conselheiros do Poder Público Municipal, 21 conselheiros das Entidades de Movimento Popular, 08 conselheiros das Entidades Empresariais, 07 conselheiros das Entidades de Trabalhadores, 06 conselheiros das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 04 conselheiros das Organizações Não Governamentais. A Reunião teve início com a cerimônia de posse do 4º Mandato do Conselho das Cidades – ConCidades. Tomaram assento à mesa o Ministro das Cidades Mário Negromonte, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, José Elito, o Secretário Nacional de Articulação da Secretaria Geral da Presidência da República, Paulo Maldus representando o Ministro Gilberto Carvalho; o Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Roberto Muniz; o representante do Conselho das Cidades, Miguel Lobato; a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães; o Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Luiz Carlos Bueno; o Secretário Nacional de Programas Urbanos, Norman Oliveira; o Secretário de Habitação do Distrito Federal, Geraldo Magela; a Diretora do Departamento de Articulação Institucional, Viviana Simon, representando a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; o Chefe de Gabinete do Ministério das Cidades, Cássio Ramos; o prefeito de Diadema, SP, Mário Reali, representando a Frente Nacional dos Prefeitos; o Sub-Chefe de Assuntos Federativos, Olavo Noletto Alves, representando o Ministro Luiz Sérgio e a Secretária do Patrimônio da União, Paula Mota Mara. **1. Posse dos Conselheiros do 4º Mandato.** Após a composição da Mesa, o mestre de cerimônias deu início à formalidade de posse, convidando os conselheiros a assinarem o Livro de Posse e chamando cada representante dos segmentos para saudarem o público. Seguiram-se nesta ação, pelo Poder Público Federal a conselheira Paula Ravanelli, pelo Poder Público Estadual o conselheiro Carlos Eduardo Marum, pelo Poder Público Municipal as conselheiras Neusinha Santos e Maria Inês Damasceno, pelos Movimentos Populares a conselheira Bartíria Lima da Costa, pelas Entidades Empresariais o conselheiro Nylton Velloso, pelas Entidades dos Trabalhadores o conselheiro Laerte de Oliveira, pelas Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa o conselheiro Nazareno Stanislaw e pelas Organizações não Governamentais a conselheira Mércia Alves, que saudaram os presentes em nome dos demais conselheiros. Ao final, o conselheiro Miguel Lobato falou em nome do Conselho das Cidades, seguido por Paulo Maldus e pelo Ministro Mário Negromonte. **2. Tema de Conjuntura: Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.** A Coordenadora Marta Morosini convidou o conselheiro Nelson Saule a proferir sua palestra sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. O conselheiro relatou o histórico do processo de construção da proposta de Projeto de Lei do SNDU, que foi debatido em todas as Conferências Nacionais das Cidades, principalmente na segunda. A proposta foi desenvolvida ao longo de várias reuniões do GT Sistema, acrescentada pelos estudos realizados por técnicos do Ministério das Cidades. Ao fim desta etapa foi elaborada a proposta final de redação. Em outubro de 2009 houve o Seminário “Construindo o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano”, com o objetivo de apresentar subsídios para um melhor conhecimento sobre a temática. O processo foi interrompido até à 28ª Reunião do Conselho das Cidades quando foi deliberada a retomada. A continuidade prevê que o GT Sistema conclua, na próxima reunião, fazendo apenas adequações à proposta inicial, que será depois apresentada a todos os conselheiros. A proposta preliminar deve ser submetida ao Plenário como resolução do Conselho, e depois o Ministério a encaminhará ao Governo Federal quando será objeto de interlocução com os Ministérios envolvidos. Posteriormente o Projeto de Lei será conduzido ao Congresso Nacional. Significa que não sairá do Conselho um Projeto de Lei decisivo, mas uma proposta preliminar baseada nos elementos estruturantes do Estatuto da Cidade, que será objeto de pactos a partir da tramitação no Legislativo e das Audiências Públicas. O conselheiro Nelson Saule prosseguiu sua exposição relacionando os componentes essenciais, a estrutura, destaques e os pontos que devem ser melhor elaborados, bem como os macrorreferenciais e bases fundamentais da Política Nacional de

Desenvolvimento Urbano. Daniel Montandon, Diretor de Planejamento Urbano da SNPU prosseguiu a apresentação do Tema de Conjuntura, indicando alguns pontos difíceis a serem enfrentados, já que o Sistema deve mudar de forma substantiva o modo de operar a política urbana. Destacou que a gestão democrática, mesmo sendo, atualmente transversal a todos os programas do Ministério, ainda carece de uma regulamentação sistêmica. Lembrou que o caráter deliberativo do Conselho vai mudar a lógica da destinação de recursos e a relação entre os programas vigentes e os conselhos. Ressaltou, também, que deve haver uma profunda reflexão quanto às políticas setoriais, se vão conviver no Sistema com uma certa autonomia ou serão reestruturadas, mesmo no estágio avançado em que atualmente se encontram. Apontou, finalmente a fragilidade do marco institucional e mecanismos para a definição do papel e responsabilidades dos entes federativos, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas na promoção da PNDU. Notou que é preciso discutir a construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano para articular os planos setoriais com os nacionais e a interface entre o ordenamento regional e o planejamento urbano. Vários conselheiros concordaram que as discussões até o momento produziram um documento ainda preliminar, na medida em que as mudanças radicais certamente terão de ser negociadas. Uma questão polêmica, sobre a qual não há consenso é sobre a adesão dos Estados e Municípios, se seria livre ou automática, já que poderia produzir a situação em que municípios que obedecem de forma diferenciada ao Estatuto da Cidade, receberiam o mesmo tratamento. Quanto ao caráter deliberativo, a proposta é fortalecer ao máximo o campo da decisão, definindo sobre quais assuntos vai se deliberar, como a aprovação dos planos e orçamentos. A coordenadora Marta Morosini lembrou que o Governo tem o compromisso de levar adiante a proposta e que o Ministério deve trabalhar no sentido de conquistar os avanços possíveis.

4. Relato da apresentação sobre o PPA – Plano Plurianual 2012-2015 no Fórum Interconselhos. A conselheira Mércia Alves relatou o Fórum Interconselhos, quando foram apresentadas as diretrizes e os macrodesafios definidos pelo Governo, e discutidas propostas temáticas e indicadores de monitoramento a partir da consciência da diversidade regional. O ConCidades reivindicou a implementação das resoluções da 4ª Conferência Nacional das Cidades e a centralização da questão urbana como um Macrodesafio autônomo, porque na Cartilha de Orientações Gerais sobre o PPA ela foi alocada no campo da Infraestrutura o que enfraquece o foco da política urbana. Miguel Leite, técnico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão relatou que as mudanças ocorridas no modelo do PPA decorreram da constatação de que os programas e ações não refletem a riqueza das políticas públicas. No modelo anterior havia mais de 300 programas, o que torna impossível o monitoramento, que é um dos componentes de gestão que está se procurando incrementar. Explicou o novo modelo, bem como a metodologia da elaboração. Celso dos Santos Carvalho, Diretor de Regularização Fundiária da SNPU apresentou sua perspectiva do PPA, que passou de peça burocrática para programa político. Vai permitir ao Conselho um exercício mais efetivo do controle social, porque, com a diminuição do número de programas é mais fácil a sociedade compreender os serviços que o governo pretende entregar. A conselheira Mércia Alves informou que no Fórum Interconselhos foi encaminhado que o Ministério do Planejamento proporcionará a capacitação em orçamento dos conselhos nacionais. Viviana Simon, Diretora do Departamento de Articulação Institucional da SNSA explicou que não foram preparados textos de apoio às discussões das reuniões de Comitês, tendo em vista o dinamismo inerente ao processo de elaboração do PPA. O conselheiro Raul Carrion declarou que assim os conselheiros não podiam se preparar devidamente para contribuir com o processo, que era preciso um material, mesmo que não estivesse fechado.

6. Relatos dos Comitês Técnicos. O conselheiro Wagner Fajardo protestou que os membros do Comitê de Mobilidade não tiveram acesso aos projetos do PAC Mobilidade feitos pelos estados e grandes municípios. O Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade, Luiz Carlos Bueno, afirmou que vão ser solicitadas aos conselheiros contribuições para todas as ações da Secretaria. Viviana Simon, Diretora do Departamento de Articulação Institucional da SNSA observou que há necessidade de reavaliação do Regimento do ConCidades, face à dificuldade da presença dos Secretários Nacionais nos Comitês Técnicos. Manifestou que o Ministério, embora não possa obrigar os municípios a cumprir preceitos da gestão democrática, possui instrumentos para indução de procedimentos participativos. Daniel Montandon, Diretor de Planejamento Urbano da SNPU relatou que na reunião prevaleceu a preocupação com a inclusão no PPA dos pequenos municípios e a necessidade de inserir o tema da SNDU. Declarou que o tema dos conflitos deve ser tratado como Tema de Conjuntura em alguma futura reunião do Conselho.

7. Deliberação das resoluções. A primeira proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 109) recomendando o aprimoramento do PPA no que diz respeito à política de mobilidade foi aprovada por unanimidade. A segunda proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 118) recomendando o não contingenciamento dos recursos para segurança no trânsito e o descontingenciamento dos recursos existentes no FUNSET e DPVAT foi aprovada por unanimidade. A terceira proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 116) recomendando procedimentos para a aprovação de projetos de mobilidade e acessibilidade urbana apreciados e avaliados pelo Ministério das Cidades foi aprovado por unanimidade, com a inclusão de garantia da realização de

Reunião Extraordinária do Comitê Técnico de Mobilidade, solicitada pelo conselheiro Wagner Fajardo. A quarta proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 120) recomendando a criação de Grupo de Trabalho do Conselho das Cidades para discussão sobre consórcios públicos de desenvolvimento urbano, foi aprovada com um voto contrário. Em seguida foi lida proposta de Moção de Aplauso cumprimentando a Caixa Econômica Federal pelo aniversário e pelo convite à conselheira Evaniza Lopes Rodrigues. Vários conselheiros foram contra a aprovação, declarando que a Caixa não está sintonizada com o Movimento Popular. O conselheiro Miguel Lobato ressaltou a importância da ação e da luta da Conselheira e o quanto pode ser relevante o seu trabalho na Caixa. A quinta proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 114) recomendando que o PPA contemple a transferência da totalidade dos recursos do Orçamento Geral da União do PAC Habitação destinados à Habitação de Interesse Social para o FNHIS, de forma a garantir o seu controle social e o seu descontingenciamento, foi aprovada com um voto contra. A sexta proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 119) recomendando ao Ministério das Cidades a alocação de recursos do FNHIS para os Estados, DF, Municípios e entidades sociais sem fins lucrativos, para implementação da assistência técnica pública e gratuita foi aprovado por unanimidade. A sétima proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 113) recomendando a realização de uma campanha nacional pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 285/08, foi aprovada por unanimidade. A oitava proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 110) recomendando alteração da Resolução 143 do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, foi aprovada por unanimidade. A nona proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 112) recomendando um plano de ação dedicado à criação de conselhos das cidades recebeu uma alteração da conselheira Henriqueta Arantes e foi aprovada por unanimidade. A décima proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 108) recomendando ao Ministério das Cidades propor a criação do Macrodesafio da Reforma Urbana no Plano Plurianual, foi aprovada por unanimidade. A décima primeira proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 107) recomendando a inclusão do saneamento básico no PPA como um Macrodesafio Estratégico, foi aprovada por unanimidade. A décima segunda proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 117) estabelecendo orientações relativas à elaboração do PPA no que diz respeito aos municípios de características periurbanas, foi aprovada por unanimidade. A décima terceira proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 111) estabelecendo orientações relativas ao estímulo à participação social e à elaboração dos Planos Municipais e Estaduais de Saneamento Básico, foi aprovada por unanimidade. Esta Resolução foi proposta em substituição a uma resolução de teor semelhante que fora contestada pela Conjur. Alteraram-se trechos que poderiam ser considerados como atentatórios à autonomia municipal. A este propósito, afirmou-se mais uma vez a necessidade da Conjur assessorar previamente a redação das propostas de resolução, para não haver impedimento para a publicação de resoluções aprovadas pelo Plenário. A coordenadora Marta Morosini lembrou que o Regimento do Concidades estabelece que uma Comissão formada por membros de todos os segmentos e que um advogado da Conjur precisa examinar as resoluções antes de irem a plenário. A décima quarta proposta (ver anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 115) recomendando a inclusão do saneamento básico no PPA como um Macrodesafio Estratégico, foi aprovada por unanimidade. O Comitê de Saneamento havia proposto uma moção de recomendação, mas posteriormente definiu-se que seria uma resolução recomendada. Finalizadas as deliberações, a Coordenadora Marta Morosini solicitou que os segmentos definissem representantes para Grupo de Trabalho da SPU, que trata da destinação de imóveis da União reservados para projetos de habitação de interesse social. Em seguida o conselheiro Sílvio José Gonçalves denunciou que no Município de Cascavel, PR, uma área destinada para um projeto de casas populares que havia sido doada pelo Poder Municipal ao Movimento Nacional da Luta pela Moradia, foi irregularmente vendido para a Caixa Econômica Federal. Relatou que as inscrições prévias foram desrespeitadas, contrariando várias sentenças judiciais. Os conselheiros vinculados ao Movimento resolveram protocolar ofícios junto ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal solicitando a apuração e o acompanhamento do episódio. O conselheiro Jair Ferreira, que é funcionário da Caixa Econômica Federal deplorou o acontecimento. A coordenadora agradeceu e despediu-se. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Mário Negromonte
Presidente do Conselho das Cidades